



Interpelação Escrita

Os serviços de táxis e respectivos regime de gestão e reforma têm sido, recentemente, alvo de discussão na sociedade de Macau, com os diversos grupos e camadas sociais a assumirem as suas próprias atitudes e pontos de vista.

Os cidadãos, enquanto passageiros, esperam que o Governo resolva, com premência, problemas como “a dificuldade em apanhar táxis”, “a recusa de prestação de serviços”, e “a cobrança abusiva de tarifas”, entre outros; enquanto os taxistas, por seu turno, recorrem às manifestações para “exigir ao Governo a reforma do regime de concessão das licenças de táxis e a alteração do respectivo método de selecção, em que a licença é concedida a quem propõe o valor mais elevado”. O sector queixa-se dos “vários problemas que está a encarar, tais como a queda do negócio, a falta de recursos humanos, a má situação do trânsito, e os duros encargos com os veículos ecológicos”, e apresenta várias sugestões ao Governo, designadamente, “a suspensão da concessão de mais licenças de táxis, a resolução do problema da falta de motoristas, a melhoria dos meios de aplicação da lei, para evitar afectar os taxistas cumpridores, e a definição de medidas para apoiar o sector no âmbito da protecção ambiental, entre outras.”

Olhando, de forma geral, para as atitudes assumidas por cidadãos, taxistas, titulares de licença de táxis e sector, todos têm as suas próprias solicitações e posições em termos de interesses, o que não se pode criticar. As dificuldades que o sector enfrenta são herdadas da história e foram-se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

acumulando com os anteriores governos. E se a intenção é resolvê-las, o actual Governo vai ter de envidar mais esforços. No debate das LAG, que teve lugar na Assembleia Legislativa em Abril de 2015, o Secretário admitiu que “está de acordo que os táxis não devem ser usados como instrumentos de investimento”. E segundo a resposta datada de 17 de Abril de 2015, do Director dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, a uma interpelação escrita de um deputado à Assembleia Legislativa, as autoridades estão a organizar e a analisar as opiniões recolhidas nas consultas públicas, realizadas no 3.º trimestre de 2014, sobre a Revisão do Regime Jurídico do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer (Táxis). Com base naquelas opiniões, “o Governo já redigiu a primeira versão do texto da proposta de alteração da lei”, cujos detalhes se encontram, neste momento, em discussão, procurando que a mesma entre em processo legislativo ainda durante este ano de 2015.

A reforma dos serviços de táxis exige que o Governo tenha em consideração e coordene, de forma plena, os interesses das diversas partes envolvidas. Apesar de, segundo o Governo, a alteração e o aperfeiçoamento do regime de táxis se basearem nas opiniões e sugestões recolhidas ao longo de consultas públicas, fico muito preocupada com a possibilidade de a proposta de alteração que o Governo pretende apresentar este ano não consiga o reconhecimento dos diversos sectores da sociedade, uma vez que ainda não se chegou a um pleno consenso social.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Após as consultas e estudos já realizados, quais são, no entender das



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

autoridades, as razões para “a dificuldade em apanhar táxis”, sentida pelos cidadãos? Quais são os princípios definidos pelas autoridades para alterar o regime de gestão dos táxis? As autoridades vão ou não vão gerir o sector, e tratá-lo como um serviço de transporte público?

2. Como é que se procede à reforma quer da concessão de licenças de táxis quer da gestão do respectivo pessoal? O regime de concurso para a concessão de licenças vai ser, gradualmente, abolido? Relativamente às “licenças eternas”, herdadas da história, o Governo deve tratá-las de forma apropriada e assegurar os legítimos direitos de quem as possui. Vai fazê-lo?
- 3. As autoridades devem estudar e prever o número necessário de táxis para satisfazer as necessidades da sociedade nos próximos 5 a 10 anos, tendo em conta o planeamento urbanístico e o desenvolvimento social. Vão fazê-lo?

13 de Maio de 2015

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Chan Melinda Mei Yi**